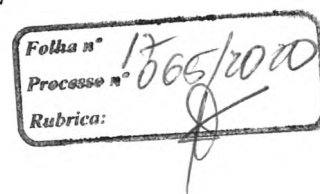




ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
Praça Alípio Carvalho, nº 50, Centro.
CEP: 65.980-000 - Carolina/MA



OFÍCIO Nº 090/2020-CPL/PMC

Carolina/MA, 06 de outubro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
DIEGO FARIA ANDRAUS
Procurador Adjunto do Município
Rua Santos Dumont, nº 200, Centro.
CEP: 65.980-000 - Carolina/MA

Assunto: Exame e Aprovação de Edital

Senhor Procurador,

Encaminhamos a Vossa Excelência o **Processo Administrativo nº 065/2020-PMC**, cujo objeto é a **Contratação de 20 (vinte) SHOWS MUSICAIS com banda ou artistas do Município de Carolina-Ma, na forma de Live com duração de 1 (uma) hora por artista ou Banda**, de interesse da **Secretaria Municipal de Cultura-SMC**, para **exame e aprovação da Minuta de Edital**, conforme dispõe o artigo 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993:

“Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.”

Após, solicitamos que encaminhe o Processo para a **Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Urbanismo**, para **AUTORIZAÇÃO** da fase externa da licitação.

Respeitosamente,


AMILTON FERREIRA GUIMARÃES
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA - MA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Alípio de Carvalho, 50 – Centro – Carolina – MA
CEP: 65.980-000 – CNPJ: 12.081.691/0001-84

Folha nº 18
Processo nº 065/2020
Rubrica:

PORTARIA Nº066-B/2020/GAB/PREF.

"Designa os membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Carolina-MA".

O Prefeito Municipal de Carolina – Estado do Maranhão, o Senhor Erivelton Teixeira Neves, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os membros da Comissão Premente e Licitação, desta Prefeitura, conforme descrição:

- **Presidente:** Amilton Ferreira Guimarães;
- **Membro:** Rodolfo Moraes Silva;
- **Membro:** Midian Ferreira dos Santos Silva;
- **Suplente:** Kátia Lima Vilas Boas Silva.

Art. 2º– Fica revogada a Portaria nº 001A/2020/GAB/PREF. De 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

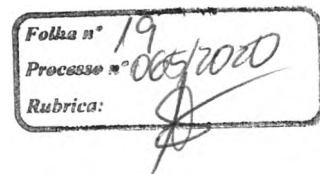
Gabinete do Prefeito de Carolina - Estado do Maranhão, aos 15 dias do mês de agosto de 2020.


Erivelton Teixeira Neves
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

Processo nº 001/2020 - PMC
Assunto: Parecer minuta do Edital e Contrato
Interessado: Secretaria Municipal de Cultura



PARECER JURÍDICO

A Comissão de Licitação determinou o encaminhamento do procedimento licitatório de Chamada Pública, **para a emissão de parecer** sobre a minuta do Edital de Licitação, bem como a minuta do contrato que acompanha o respectivo edital, tendo por objeto desta Chamada Pública a **CONTRATAÇÃO DE 23 (VINTE E TRÊS) SHOWS MUSICAIS, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.017/2020 (ALDIR BLANC)**, para atender as necessidades da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**, conforme documentos constantes do processo administrativo de Chamada Pública nº 001/2020.

Em síntese é o relatório.

DO MÉRITO

Primeiramente cumpre observar o que determina o Parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 38 (...)

Parágrafo único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº. 8.883, de 1994). (grifo nosso)

Desta forma, percebemos que o artigo invocado ordena que as minutas do Edital e respectivo Contrato, sejam analisados previamente pela assessoria jurídica da Administração Pública, no caso em especial, pela Procuradoria do Município.

Pois bem, o presente caso trata-se da chamada pública em casos de aquisição de gêneros alimentícios par agricultura familiar para a alimentação escolar, com relação ao caso específico vale tecer alguns comentários vejamos.

Inicialmente, cabe evidenciar que o inciso XXI do artigo 37 da nossa Carta Magna traz a regra sobre a obrigatoriedade da Administração Pública em realizar suas contratações através de processo licitatório:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

Folha n° 20
Processo n° 065/2020
Rubrica: [assinatura]

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Grifo e negrito nosso)

Percebe-se que a Constituição concedeu a possibilidade da contratação sem licitação desde que especificados em legislação, por lei ordinária.

No sentido de regulamentar o aludido dispositivo constitucional foi editada a Lei nº 8.666/93, que assim estatui em seu artigo 2º:

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei. (grifo nosso)

Neste contexto, observa-se que a Lei nº 8.666/93, em seus artigos 17, 24 e 25, prevê os casos e hipóteses em que os processos licitatórios poderão ser, respectivamente: dispensados, dispensáveis ou inexigíveis.

Importante salientar que, mesmo existindo hipóteses que dispensam ou inexistem o processo licitatório, isso não desobriga a Administração Pública de observar procedimentos pertinentes a essas formas de licitar. Ou seja, mesmo para as hipóteses de licitações dispensadas ou inexigíveis a Lei trás formalidades indispensáveis e que devem ser prontamente atendidas pelos órgãos/entidades públicas licitantes, sob pena de incursão em crime.

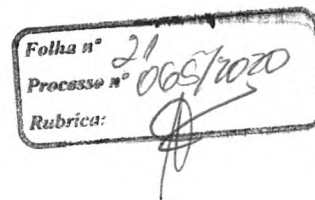
Com relação a chamada pública em questão, a mesma foi autorizada pela Lei 14.017/2020, a qual dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e precisamente em seu artigo Art. 2º, III, autorizou a chamada publica para contratação aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural

Art. 2º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de:

(...)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM



III - editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

Desta forma, constata-se que a Lei 14.017/2020, determinou a faculdade pela dispensa do procedimento licitatório para as contratações de pessoas ligadas ao setor cultural, estabelecendo para este fim o procedimento administrativo denominado chamada pública.

Destarte, incumbe a Procuradoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, opinamos no sentido de que o objeto em questão pode ser contratado mediante a dispensa de licitação por meio do CHAMAMENTO PÚBLICO, desde que, seja para os fins específicos autorizativo pela Lei nº 14.017/2020 (ALDIR BLANC).

É o parecer, salvo melhor juízo.

Carolina-MA., 06 de outubro de 2020.

DIEGO FARIA ANDRAUS
Procurador Geral Adjunto do Município